

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1021 - 03/4/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

28/4

**VAMOS PARAR O BRASIL!
NENHUM DIREITO A MENOS!
CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO!
CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!**

Com a formulação "Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil" as Centrais Sindicais decidiram por unanimidade os próximos passos da mobilização nacional unificada contra as reformas da Previdência e Trabalhista e contra a terceirização.

Todo o mês de abril será dedicado a protestos, atos, paralisações e atividades que culminarão com uma Greve Geral no País no dia 28/4. Essa greve será construída em cada local de trabalho, em cada escola, universidade, nos bairros e também pelos movimentos sociais e pela juventude.

Na sexta-feira, 31/3, foi convocado um dia de mobilização como preparação para a greve geral. Diversas categorias mobilizam-se contra a retirada de direitos trabalhistas. Em São Paulo os professores estaduais e municipais entraram em greve e realizam uma série de mobilizações. Em Minas

Gerais e no Rio de Janeiro os docentes também se organizam contra o sucateamento da educação.

Na PUC-SP professores, funcionários e estudantes se organizaram e participaram das atividades (veja manifes-

tações no encarte desta edição). Durante as próximas semanas a AFAPUC e a APROPUC devem programar debates e encontros com outros representantes da sociedade civil para discutir os efeitos das reformas que estão sendo pro-

postas pelo governo golpista de Temer e preparar a greve geral de 28/4.

Nesse momento a participação de todos é de extrema importância para que não vejamos no futuro nossos direitos usurpados.

No Consun, APROPUC e AFAPUC convocam a comunidade para as manifestações

Na sessão ordinária do Consun de quarta-feira, 29/3, o representante dos funcionários Nalcir Antonio Jr. conclamou os conselheiros e a comunidade em geral a participar do ato contra as reformas da Previdência, Trabalhista e da Terceirização propostas pelo golpista Michel Temer. Nalcir lembrou as arbitrariedades que o

capital e os grandes empresários hoje cometem contra os trabalhadores e que é preciso resistir a essas investidas.

A reitora, professora Maria Amalia Andery também concordou com a fala e completou dizendo que a PUC-SP deverá se manter mobilizada trazendo a discussão da situação nacional para dentro da universidade.

A professora informou que já estão sendo mantidos entendimentos com entidades estudantis como a UNE para a redação de documentos e possíveis idas a Brasília para questionar as reformas propostas e principalmente os ataques à filantropia que poderão redundar em enormes prejuízos às universidades comunitárias.

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Consun de março analisa balanço de 2016

A sessão de 29/3 do Conselho Universitário, Consun, marcou a estreia do ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, como representante da sociedade civil, cadeira que é outorgada pela Fundação São Paulo.

O conselho utilizou boa parte de seu tempo para apreciar o balanço da PUC-SP, que deverá passar pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo para posterior publicação. O Consun apenas tomou ciência e discutiu a peça, mas, estatutariamente os conselheiros não podem modificá-la, já que isto é uma prerrogativa exclusiva da mantenedora. O resultado final apresentou um pequeno superávit de R\$ 3.257.000,00. Mas essa evolução foi vista com reservas pelos conselheiros, pois as mensalidades tiveram um reajuste entre 13 e 14% e as receitas cresceram apenas 2,5%. Esse resultado aponta para uma diminuição do número de alunos no período.

O representante discente da Faculdade de Direito mostrou sua preocupação ao afirmar que hoje as catracas da universidade são constituídas pelas suas altas mensalidades que barram o acesso de estudantes com menor poder aquisitivo. Fernando

Haddad somou sua fala à preocupação geral levantando a necessidade da formulação de um projeto de sustentabilidade para a PUC-SP. A reitora argumentou que, apesar de preocupante, a situação está sob controle e que hoje o perfil do alunado da PUC-SP tem se modificado com a inclusão de 25% de alunos bolsistas dos vários programas internos e externos.

Outro resultado preocupante (e que foi pouco comentado pelos conselheiros) é o comprometimento da receita via folha de pagamento, que ficou próximo aos 70%, quando a exigência do termo de ajustamento de Conduta (TAC) é de 65%.

TROTE EM SOROCABA

O trote ocorrido em Sorocaba em 2014 foi novamente tema de debate no conselho. Desta vez a relatora Salma Tannus Muchail analisou os recursos impetrados pelos professores Godofredo Campos Borges, diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde e do professor Ricardo Augusto Cadaval. Ambos foram arrolados no processo que apurava violências na recepção de calouros de Sorocaba e foram punidos com advertências em seus

prontuários. O professor Godofredo era acusado de omissão ante os fatos ocorridos e o professor Ricardo era acusado de incitar a venda do chamado "kit calouro" entre os ingressantes.

Após a condenação pela Comissão Processante os professores entraram com recurso solicitando a retirada da punição. Após minuciosa análise e a apresentação de um relatório elogiado por todos os conselheiros a professora Salma concluiu pelo provimento ao recurso dos professores, isentando-os de responsabilidade sobre os atos de violência cometidos, ficando assim sem efeito a advertência aplicada. Porém, diante da gravidade dos fatos relatados a professora encaminhou como proposta, que foi acatada por todos conselheiros, a formação de um grupo de trabalho, liderado pela Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, para, entre outras tarefas, construir uma política capaz de erradicar o trote violento da universidade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O Consun também apreciou o Relatório de Atividades da universidade, apresentado em sessões

anteriores e que foi modificado em alguns pontos pelos conselheiros. O funcionário Nalcir Antonio mais uma vez mostrou o seu protesto contra incorreções apontadas por ele na primeira versão e que continuaram na versão final.

O representante administrativo apontou, entre outras transcrições, o fato de que a previdência privada e o empréstimo consignado figuram no relatório como "benefícios" que a universidade oferece aos seus funcionários quando eles constituem-se em ações de intermediação da Fundasp em relação às instituições bancárias. Casos estranhos aos funcionários a menção de consultas que na verdade, pela nova política implantada no ambulatório não passam de encaminhamentos a outras instituições médicas. O número de prestadores de serviço também foi questionado pelos funcionários, já que hoje estão em torno de 1246 pessoas, quase se igualando ao número de funcionários efetivos.

Esses e outros questionamentos foram também encaminhados à Fundasp pela AFAPUC em 3/3. A reitora concordou em incorporar tais questionamentos como adendos ao texto do relatório.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Ana Amoroso, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editores: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victoria C. Weischtorff

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Livro retrata militância do historiador Caio Prado Junior

Eleito Intelectual do Ano de 2016 e vencedor do prêmio Juca Pato 2016, Luiz Bernardo Pericás liderou a palestra sobre seu livro "Caio Prado Júnior: Uma biografia política" que aconteceu no auditório 117-A, na noite de 29/3. Coordenado por Beatriz Abramides (NEAM, Pós Serviço Social), com participação em debate de Antonio Carlos Mazzeo (Pós Serviço Social), Pericás contou como foi o processo de escrita do livro.

Resultado de um extensa pesquisa documental que durou cerca de seis anos, o livro ilumina a trajetória de um dos maiores intérpretes da realidade brasileira, figura emblemática no desenvolvimento do marxismo, Caio Prado Júnior. Caio tornou-se conhecido tanto pela sua originalidade de

pensamento, quanto pela sua presença na militância política.

Baseado na leitura minuciosa de centenas de documentos, muitos deles inéditos, Pericás mostrou como o ativismo repercutiu na vida e na obra de Caio Prado Júnior, indo desde as primeiras leituras, do golpe de 1964 aos debates sobre a revolução brasileira, do breve exílio no Chile, ao retorno seguido de encarceramento, chegando por fim ao legado de seu ideário para a esfera pública.

Ao contrário de outros intelectuais comunistas, Caio Prado Júnior vem recebendo atenção de várias biografias e trabalhos sobre aspectos de sua trajetória pessoal ou intelectual, mas o que diferencia este trabalho de Pericás é o fato do pesquisador se deter



Da esquerda para direita, Luiz Bernardo Pericás, Beatriz Abramides e Antonio Carlos Mazzeo

sobre depoimentos de contemporâneos de seu biografado e seu acervo documental pessoal - que chegou às mãos do autor com livro já terminado, pouco antes de ser publicado, atrasando assim em um ano a sua publicação - o que garantiu ao autor um acompanhamento da trajetória pessoal, política e intelectual de Caio. Segundo

Pericás, Caio Prado Júnior mostra a importância de se analisar corretamente os processos históricos, de compreender as particularidades do caso brasileiro e de avaliar as melhores formas de atuação política. O evento contou com o apoio da APROPUC e de diversos núcleos de pesquisa da universidade

APROPUC promove evento sobre os 100 anos da Revolução Russa

1917 é um dos marcos fundamentais da história mundial. Nesse ano na Rússia desencadeia-se a Revolução Soviética, que colocará o proletariado no poder de uma nação e decretará um novo patamar na luta de classes.

Para comemorar essa data a APROPUC idealizou, junto com professores e ex-professores da universidade, uma série de eventos durante o ano do centenário da Revolução. Estão previstas mesas onde as diversas facetas e

desdobramentos da Revolução serão analisados, um ciclo de cinema soviético mostrará e discutirá os caminhos que essa forma de arte adquiriu ao longo da revolução.

Abaixo publicamos as temá-

ticas de cada uma das mesas do evento, bem como os filmes a serem exibidos durante o período. Ao longo das próximas semanas estaremos comunicando datas e locais de cada mesa e das exibições cinematográficas.

100 ANOS DE REVOLUÇÃO RUSSA	
ABRIL	Sobre a Revolução Russa de 1917: uma introdução Lenin e o Partido - A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa- Os Sovietes
MAIO	A influência da Revolução Russa no Brasil A Greve de 17- Anarquismo e Comunismo no Brasil - A Rev. Russa e a América Latina
JUNHO	As mulheres e a Revolução Russa Revolução/Amor Livre/Aborto - LGBT - Etnias
AGOSTO	A educação Operariado e Campesinato - Educação e Religião- Urbanização e Educação
SETEMBRO	A restauração A NEP (Nova Política Econômica) - O Internacionalismo - A Revolução Permanente
OUTUBRO	"Ato com Tribuna Livre para manifestações
NOVEMBRO	A programática da Revolução Social hoje

Mostra Cinematográfica	
Abril	Terra (Zemlya) - 1929 . Direção: Aleksandr Dovzhenko.
Maio	Um Homem com uma Câmera (Cheloveks Kinoapparatom) 1929, Direção: Dziga Vertov.
Junho	O Encouraçado Potemkin (Bronenosets Potymkin) - 1925, Direção: Sergei Eisenstein
Agosto	A Infância de Ivan (Ivanovo Detstvo). 1962 - Direção: Andrei Tarkovsky.
Setembro/Outubro	Curso - O Cinema Russo e a Revolução Socialista

GAUCHE NA VIDA

Terceirização atinge de forma violenta direitos trabalhistas

Foi aprovado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 4.032/98, que regula a terceirização. Até o momento, inexistia um marco legal regulando a terceirização. A matéria, por ora, vem sendo disciplinada por intermédio de Súmula do TST (n. 331). Súmula representa apenas a síntese do entendimento que o judiciário adota a respeito do assunto, e decorre da análise reiterada de diversos julgados.

HISTÓRICO

De acordo com o entendimento consagrado pelo TST, é possível a terceirização de atividade-meio, sendo vedada a terceirização de atividades-fim.

Numa Universidade, por exemplo, toda a atividade acadêmica diretamente ligada ao ensino constitui atividade-fim. As demais atividades (limpeza, cozinhas, recursos humanos, etc.) estão inseridas no conceito de acessórias, sendo classificadas como atividades-meio.

O Projeto de Lei, PL 4302/1998 foi elaborado na época do Governo Fernando Henrique e é indiscutivelmente mais prejudicial aos trabalhadores do que o Projeto de Lei Complementar 30/2015, que trata do mesmo tema, mas que ainda tramita no Senado Federal.

Prejudicial porque o texto aprovado prevê a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à terceirizada, o que significa que esta, a tomadora, responderá efetivamente somente se e quando o prestador de serviços não satisfizer o pagamento da condenação, ou quando este não possuir bens para serem penhorados, suficientes para saldar integralmente o crédito do trabalhador, apurado no processo.

O PLC 30/2015, por outro lado, estabelece a responsabilidade solidária, garantindo ao trabalhador, no processo trabalhista,

pleitear direitos e executar tanto a empresa prestadora de serviços (que o contratou), como a empresa tomadora de serviços (que terceirizou os serviços).

A diferença entre os dois modelos não é nada singela.

A Justiça do Trabalho está abarrotada de processos envolvendo prestadoras de serviços 'quebradas', obrigando os trabalhadores lesados a suportar uma longa espera, muitas vezes de anos, até finalmente conseguirem receber da tomadora (contratante) o pagamento de seus direitos.

Prejudicial também porque, diferentemente do que dispõe o PLC 30/2015, ainda sob a análise do Senado, desobriga o tomador de fiscalizar o prestador de serviços.

O dever de fiscalizar as práticas do contratado, consagrado não apenas pelo judiciário trabalhista, mas como regra elementar de Direito, impõe ao tomador a responsabilidade de conferir se o seu prestador de serviços cumpre adequadamente suas obrigações como empregador.

O Projeto aprovado aboliu essa obrigação.

Na prática, o contratante está autorizado a se omitir, sem que isso lhe traga consequências.

A aprovação do Projeto de Lei 4.302/98 já é alvo de três medidas judiciais, propostas no Supremo Tribunal Federal por parlamentares da oposição, que invocaram vícios formais na tramitação do processo.

O Ministério Público do Trabalho também já se pronunciou na mesma direção, alertando que referido Projeto boicota o projeto de país concebido pela Constituição Federal de 1988.

VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS

A aprovação definitiva do

Projeto apreciado semana passada caracterizará ofensa direta a diversos princípios e normas constitucionais.

Com efeito, nossa Constituição acolhe o princípio da VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL (artigo 7º da Constituição Federal). Referido princípio, em linhas gerais, estabelece que novas normas de Direito do Trabalho podem ser aprovadas, desde que respeitadas as normas atuais.

Em outras palavras: normas trabalhistas podem ser alteradas para melhorar a condição do trabalhador, jamais para reduzir direitos.

Segundo o artigo Art.7º "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que **vise à melhoria de sua condição social.**"

Tal princípio abrange direitos trabalhistas individuais e, após a Emenda Constitucional n. 45/2004, também direitos coletivos.

De acordo com o atual § 2º do artigo 114, a Justiça do Trabalho, quando julga Dissídio Coletivo, deve respeitar condições acordadas anteriormente, ou seja, conquistas históricas da categoria incorporadas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, o que significa dizer os Sindicatos, ao negociarem novas cláusulas coletivas, devem observar cláusulas anteriores, que garantem vantagem aos trabalhadores.

Tal questão foi objeto de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho, PROC. n. TST-AIRR-25/2006-471-04-40.0.

Essa, contudo, não é a única questão constitucional que o Projeto de Lei da Terceirização suscita.

Os direitos sociais previstos na Constituição - em especial no artigo 7º -, representam direitos individuais fundamentais.

Esses direitos não podem ser revogados, quer por Emendas Constitucionais, muito

menos por Leis Ordinárias.

Tratam-se das chamadas cláusulas pétreas, que não podem ser alteradas de modo algum.

De acordo com a nossa Constituição Federal:

"Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

(...)

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV - os direitos e garantias individuais."

A Constituição Federal de 1988 dispõe expressamente que não podem ser objeto de Emenda Constitucional (e, portanto, também de Lei), os direitos e garantias individuais, o que significa que os direitos trabalhistas garantidos constitucionalmente não podem sofrer modificação "in pejus".

Os direitos individuais não são apenas aqueles mencionados no artigo 5º da Constituição, tal qual já decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 939-7/DF. Também os direitos previstos nos artigos 6º e 7º da Constituição, denominados "direitos sociais", pertencem à categoria dos direitos individuais, razão pela qual não podem ser suprimidos ou reduzidos.

O Supremo Tribunal Federal, em voto relatado pelo ministro Sepúlveda Pertence, declarou: "parece inquestionável - e sobre isso não houve controvérsia na Adin 1480 - que os direitos sociais dos trabalhadores, enunciados no artigo 7º da Constituição, se compreendem entre os direi-

continua na próxima página

continuação da página anterior

tos e garantias constitucionais incluídos no âmbito normativo do artigo 5º, parágrafo 2º, de modo a reconhecer alçada constitucional às convenções internacionais anteriormente codificadas no Brasil" (ADIN 1675, sessão plenária 24/9/97)

Induvidoso, portanto, que os direitos garantidos ao trabalhador na Constituição não podem ser reduzidos, seja por meio de Emenda Constitucional, muito menos por intermédio de Lei Ordinária.

QUAIS DIREITOS PODERÃO SER ALTERADOS

Diversos direitos trabalhistas, caso aprovado o Projeto de Lei, poderão ser atingidos.

Citam-se aqui os seguintes: direito à relação de emprego (artigo 7º, I), irredutibilidade de salário (art. 7º, VI), férias (art. 7º, XVII), e redução dos riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, XXII), apenas a título de exemplo.

Além desse aspecto a mudança pode suscitar processos de demissão em massa, visando a troca de empregados por prestadores de serviços terceirizados, ou até mesmo por "PJs". A lei possibilita ainda que esses "novos" trabalhadores possam ser (re) admitidos com salários inferiores aos que recebiam de seus antigos empregadores diretos.

É esse o tipo de emprego que o projeto de terceirização aprovado na última semana abre a possibilidade de surgir no país.

Além disso, a contratação de sucessivas empresas prestadoras de serviços pode inviabilizar a fruição efetiva do período de férias, caso o trabalhador seja demitido antes de gozá-la efetivamente e, na sequência, readmitido por uma "nova" prestadora de serviços.

ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA, SINDICALIZAÇÃO, GREVE

Com a possibilidade de surgirem diversas empresas pres-

tadoras de serviços, empregados que antes pertenciam a uma única categoria poderão ser 'divididos' e passarão a pertencer a diversas categorias, fragmentando a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora.

Esta é uma das mais perversas - e nada sutil - consequências do Projeto aprovado pela Câmara.

Uma empresa metalúrgica, por exemplo, poderá fracionar sua linha de montagem, contratando uma empresa prestadora de serviços diferente para cada etapa do processo produtivo.

Os empregados contratados pela empresa prestadora de serviços estarão sujeitos às normas coletivas assinadas pelo seu sindicato, que não é o Sindicato dos Metalúrgicos, e o sindicato das empresas prestadoras de serviço, que também não é o Sindicato das Empresas metalúrgicas.

Trabalhadores contratados por empresas terceirizadas, que prestam serviços dentro de uma mesma montadora, estarão sujeitos a normas coletivas diversas, salários e reajustes di-

ferenciados, benefícios e data base distintos.

Modernidade? Preço a se pagar para que o País voltar a crescer?

O novo modelo de organização do trabalho abala profundamente o equilíbrio de forças que sustenta o tecido composto pelos atores sociais que atualmente movimentam a nossa economia, na medida em que compromete a capacidade de organização da classe trabalhadora, dificultando - se não inviabilizando por completo - o exercício do direito de greve.

CONCLUSÃO

O presente texto indicou apenas alguns dos problemas que a entrada em vigor do Projeto de Lei aprovado na última semana pode gerar.

O tema merece um debate maior da sociedade, em especial, da classe trabalhadora, cujos direitos serão severamente atingidos.

Karina Novah Salomão - China Faria Advogados Associados Assessoria Jurídica da APROPUC

Seminário sobre sustentabilidade pauta assuntos relevantes sobre o meio-ambiente

O Seminário "Sustentabilidade global e realidade brasileira" foi realizado no dia 29/3 na PUC-SP com o objetivo de discutir sobre a preocupação diante do menosprezo de políticos e dirigentes de grandes grupos econômicos à sustentabilidade ambiental. O público presente foi convidado a discutir temas importantes como as crises hídricas e energéticas que atingem as populações e os impactos das calamidades provocadas pela ação do homem e suas consequências, incluindo também desastres ecológicos, desertificação e destruição ambiental, perda

da biodiversidade, deterioração da qualidade social e da vida humana, desigualdade planetária.

Durante a segunda sessão, intitulada Impacto das Megaobras sobre as Populações, coordenada pela Profa. Regina Gadelha, foram convidados Daniel Leite Castro (sociólogo e analista ambiental) e Nair D'Aquino Fonseca Gadelha (analista EIA-Rima Ambiental e socióloga) para discutir o impacto ocorrido em novembro de 2015 após o rompimento da barragem em Mariana. Controlada pela Samarco, um empreendimento de uma das maiores empresas



Na mesa do debate Regina Gadelha, Nair D'Aquino Fonseca Gadelha e Daniel Leite Castro

de mineração do mundo, a Vale S.A., rompeu-se uma barragem de rejeitos de mineração localizada em Bento Rodrigues, perto do centro do município de Mariana, Minas Gerais, invadindo a cidade e prejudicando os moradores.

Os temas propostos pelo seminário foram a globalização, política, sustentabilidade e meio ambiente, a crise hídrica e energética, desertificação e destruição socioambiental e, por fim, o direito ambiental, sustentabilidade e cidadania.

ANA AMOROSO

GAUCHE NA VIDA

Prosa de professora que quer ser "gauche na vida"

**Maria Lucia Salgado
Cordeiro dos Santos**

Não

Não é o dia dos professores, não é natal, não é meu aniversário, mas não resisti ao impulso de rever a escolha que fiz de ser professora. Tenho consciência que não nasci para isso e nunca fui daquelas garotas de voz doce e delicada que dizem gostar das tais "criancinhas".

Minha vida na periferia nunca foi de ficar brincando de escolinha na garagem, mas pensando bem, devo ter brincado disso em algum momento que não recordo bem onde. Infância de dificuldades escolares. Rebelia, inadaptação. Um permanente sentir-se fora da caixinha em um ambiente excessivamente regulado para ser uma caixinha.

Mas, sendo a vida uma caixinha, às vezes redonda, de surpresas - que pode até vir com um laço de barbante dourado, tornei-me professora para lutar pelo direito à educação para os meus filhos. E cá estou eu, trinta anos depois.

Como diz meu amigo Arnaldo, eu podia estar matando, podia estar roubando, mas estou dando aulas, o que me força a correr su/e/ficientemente da polícia.

Mas por que é que estou mesmo pensando nisso? Bem, deixei de dormir para vir escrever por que não entendo direito essa minha escolha, quando penso nela.

Ao escolher a Pedagogia, fi-lo, como diria Jânio com mais pompa que isso, para responder ao desafio de professoras da rede pública que não queriam que eu desse pitaco nas decisões escolares por não ter eu um diploma para isso. Cursei a tal preparação sendo avisada desde o início que gostar de criancinhas não garantiria nada, afinal, haviam os que gostassem para as finalidades mais espúrias. Eu sabia disso.

Busquei durante três anos o sentido para o tal curso e não me via em função nenhuma que envolvesse as tais criaturinhas, porque eu confundia a minha atuação com a de uma babá. Acreditava que ia "tomar conta" delas. Comecei pela Educação de Jovens e Adultos.

Seriam coisas demais para contar aqui, se eu fosse narrar os caminhos e descaminhos que percorri, ora me perdendo, ora achando. Mas eu só vim a ficar "se sentindo" mesmo foi bem recentemente, quando fui dar aulas para as tais criaturinhas e talvez seja isso que faz interrogar tanto o fato de ser hoje uma alfabetizadora.

O espírito participati-

vo faz a gente desenvolver certa liderança e isso nos aproxima de cargos gerenciais ou administrativos e afasta dos relacionamentos mais humanizantes, embora administrar, não fosse o capitalismo uma máquina tão leal ao acúmulo e dominação, poderia estar mais próximo de relações solidárias. Mas não é o caso. Portanto, para estar na sala de aulas devo recusar muitas outras possibilidades. Então, deve ser importante estar lá.

Ontem, quando fui à escola para dar um possível apoio ao plantão de greve, encontrei o Kelvyn. Ele correu até mim para dar um abraço e contar que era o dia de seu aniversário. Me lembrei de que na semana passada estávamos aprendendo a escrever bilhetes, aquele tipo de comunicação quase arcaica depois do Whatsapp, mas que as crianças precisam saber que existe e que é possível fazer uso.

O Kelvyn ditou o bilhete para o seu irmão Gui e nele ele dizia que ainda sente muitas saudades da mãe, que o Gui é seu irmão favorito e que vai amá-lo para sempre. Tudo isso com palavras e elaboração muito acima dessa que uso. Ele ainda não tem fluência na escrita, mas o seu coração flui com coragem e ternura.

A história do Kelvyn é

triste e linda ao mesmo tempo. Quando a mãe foi assassinada, seu pai foi preso e seu irmão de 16 anos ficou responsável pela família. Como seu pai nunca teve carteira registrada para recolher o INSS, eles nunca terão aquele benefício que algumas pessoas vociferam que os presos têm. O irmão tem que se virar, afinal, alguém depende dele e espera por isso. O Kelvyn é tão meigo...

Penso que sobre minhas escolhas não preciso justificar, mas pense a dureza de não estar lá no dia do aniversário do Kelvyn, porque estou em greve! O que uma coisa teria com as outras?

Fico pensando que quando o Gui vir o cartaz no portão da escola e se ele puder lê-lo, ele vai saber que estamos buscando uma realidade melhor para todos nós e laços.

Fico pensando que se ele perceber que sabemos da dureza da vida e "de tanta força bruta", ele vai pensar que aquela palavra cidadania escrita no cartaz possa ter sentido para além do que dizem nas propagandas da televisão. Se isso acontecer, toda a greve do município terá valido a pena.

Maria Lucia Salgado Cordeiro dos Santos é professora e diretora do Andes-SN

Professores estaduais e municipais em greve

Os professores municipais aprovaram na segunda-feira, 27/3, a manutenção da greve da categoria e participação nos atos do dia 31/3. Os professores municipais vêm se mobilizando desde 8/3, paralisando por várias vezes suas atividades culminando com a atual greve da categoria.

Durante a assembleia de 27/3 uma comissão da categoria reuniu-se com secretários do governo municipal que reconheceram a legitimidade da pauta de reivindicações e afirmaram que serão criados pelo menos cinco grupos de trabalho para discutir, nas mesas de negociação, questões relativas à saúde do trabalhador, infraestrutura das escolas, entre outros temas. Quanto ao sistema de Previdência Complementar proposto aos

funcionários municipais, o Sampaprev, os secretários informaram que não há interesse em agilizar sua votação no plenário da câmara de vereadores.

PROFESSORES ESTADUAIS

Já os professores estaduais entraram em greve na terça-feira, 28/3, e marcaram nova assembleia para 31/3, quando decidiriam os rumos do movimento.

Os professores estaduais também protestam contra as reformas do governo Temer, em especial a da Previdência. Os professores estão questionando a intenção de Michel Temer ao anunciar a retirada dos servidores públicos da reforma previdenciária. Mas o governo golpista sinaliza na direção de que estados e

municípios deverão fazer as suas próprias reformas previdenciárias. Caso isso não aconteça prevalecerá a lei federal.

OUTROS ESTADOS

A movimentação dos professores segue forte por todo o país. Em Feira de Santana, Bahia, os professores municipais ocuparam, até a semana passada a secretaria da Fazenda do município. Em Porto Alegre educadores aposentados reuniram-se para discutir uma possível retirada de direitos. Em Belo Horizonte os professores fizeram passeata pelo centro da cidade no dia 28/3.

Nas próximas semanas os profissionais da educação continuarão discutindo os próximos passos de suas mobilizações contra as reformas do governo Temer.

Aluna processa professora por ministrar aula feminista

A professora Marlene de Fátima da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), foi acusada de fazer propaganda feminista ao ministrar um curso que tem como temática, exatamente, o feminismo. É a denúncia mais recente de perseguições a docentes debaixo da doutrina do movimento Escola Sem Partido. A professora está sendo processada por uma ex-aluna que se inscreveu no curso e se diz constrangida, como anti-feminista e cristã, pela matéria dada em sala de aula.

A professora em questão é conhecida pela excelência de seu trabalho de pesquisa e pela seriedade com que se dedica à docência, porém vem sofrendo retaliações por abordar em um curso o conteúdo pertinente à sua própria temática. A APROPUC declara total solidariedade à professora.

Moção de Apoio à estudante expulsa da USP

O ato de moradores do Crusp, moradia estudantil da USP, ocorrido em 2011, reivindicava mais vagas para moradia. As salas pertenciam anteriormente ao Crusp e, ocupadas, passaram a abrigar alunos. Mesmo após ordem da Justiça para reintegração de posse, a situação não foi resolvida. Amanda Freire de Sousa, 29, é uma dos nove estudantes expulsos pela USP por conta da invasão do prédio, ela era diretora da associação de moradores do Crusp e mãe de um recém-nascido. Amanda afirma que nem participou da ocupação e mesmo assim sofreu as consequências. A APROPUC apoia a reintegração da estudante.

Reintegração da Ocupação Mandela deixa jovens e crianças nas ruas

Cerca de 600 famílias que viviam na Ocupação Nelson Mandela, no Jardim Capivari, em Campinas, buscaram alternativas para passar a noite do dia 28/3, terça-feira, após a reintegração de posse feita pela Polícia Militar no período da manhã. Os moradores tentam chegar a um acordo com os proprietários do terreno, que está de-

socupado há 40 anos, desde o início da ocupação em meados do ano passado, mas sem resposta, foi expedida a reintegração de posse. Dentro dessas 600 famílias, estão inclusas 282 crianças, 141 adolescentes, 28 gestantes, 24 idosos e cinco cadeirantes.

Ao menos 400 policiais militares, oficiais de Justiça e representantes de secretarias municipais

de Campinas cumpriram a ordem de reintegração de posse na área da ocupação na manhã de terça, deixando assim todas essas famílias sem moradia, tendo suas casas e pertences destruídos.

Antes da reintegração, houve resistência e moradores e a Polícia Militar entraram em confronto que resultou em vários feridos.

ROLA NA RAMPA

Prosseguem as negociações do acordo interno

Na semana passada a Fundasp continuou reunindo-se com as diretorias da APROPUC e AFAPUC para a elaboração de um novo texto para o acordo interno de professores e funcionários da PUC-SP.

Entre os temas abordados ficou acertado que o auxílio-escola para os docentes terá a mesma redação daquela apresentada hoje no acordo dos funcionários, ou seja, o benefício valerá até o final do ano em que o dependente completar sete anos e não até a data do aniversário, como estipulava o acordo docente.

Ainda não houve um acordo sobre a proposta da Fundasp sobre a não antecipação do pagamento

no quinto dia útil, quando ele coincidir com um sábado. O tema deverá voltar nas próximas discussões.

Os sindicatos das duas categorias continuam discutindo com as mantenedoras os termos de um novo acordo, que envolve os valores de reajuste e as cláusulas da Convenção Coletiva.

Os padrões do ensino apresentaram uma proposta de reajuste de 4,53%, que os professores rejeitaram em assembleia. Os docentes continuam insistindo na aprovação de um texto de acordo interno que abarque dois anos e não somente um. Nas próximas semanas deverão acontecer novas assembleias das categorias.

Renovada a parceria como SESC-SP

A Divisão de Recursos Humanos comunica a renovação da parceria com o SESC-SP, que possibilitará a utilização das unidades do SESC-SP, bem como descontos em shows promovidos pela entidade. O valor da inscrição para professores e funcionários será de R\$ 15,00, com desconto em folha. Caso sejam agregados mais dependentes será cobrado

o valor adicional de R\$ 30,00. A DRH enviou aos professores e funcionários as fichas de inscrição e o formulário para desconto em folha que deverão ser entregues pessoalmente no Setor de Benefícios com uma foto 3x4 do futuro associado até o dia 20/4. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail rh_beneficios@pucsp.br

Luciano Lutereau fala sobre psicanálise e gênero

O Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade, do Pós em Psicologia Social, e o Núcleo de Psicanálise, Práticas Clínicas e Saúde, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, convidam para a palestra do psicanalista Luciano Lutereau, professor licenciado da Univer-

sidade de Buenos Aires. A palestra terá como tema Psicanálise e Gênero: "feminilidade e masculinidade hoje" e terá a coordenação do professor Raul Albino Pacheco Filho da PUC-SP. O evento acontece no dia 7/4, às 20h30, no auditório 239 do campus Monte Alegre.

Evento discute 53 anos do golpe de 1964

No dia 3/4, às 19h, acontece no auditório da APROPUC (Rua Bartira, 407), o debate "Resistência democrática de Leonel Brizola, reformas de base e revoltas estudantis contra a autocracia burguesa (1961-1968)". O evento discutirá os 53 anos do Golpe Militar deflagrado em 1964. Com a participação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho (História PUC-SP), Rodolfo Costa Machado

(Doutorando História pela PUC-SP) como debatedores, e Felipe Ramos Mussetti (Doutorando Filosofia pela PUC-SP) como mediador. A organização está a cargo do Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (Nehtipo) da PUC-SP e do Grupo de Estudos Filosofia Política contemporânea (CNPq), também da PUC-SP. O evento tem o com o apoio da APROPUC.

Nova audiência no processo contra Edson Passeti

Ao encerrarmos esta edição acontecia nova audiência do processo administrativo movido pela PUC-SP contra o profes-

sor Edson Passeti. Na próxima edição do **PUCviva** estaremos divulgando mais informações sobre o processo.

Livro de François Chesnais é tema de debate

O Grupo de Pesquisa Política para o Desenvolvimento Humano do Pós em Economia Política, convida para a discussão dos capítulos três e quatro do livro "Finance Capital Today - Corporati-

ons and lasting global slump", de François Chesnais. A apresentação acontece no dia 4/4, na sala 137, do prédio Novo, campus Monte Alegre, às 11h30.

Departamento de Economia discute reformas Previdenciária e Trabalhista

Impactos das reformas previdenciária e trabalhista é o tema do seminário que acontece na Faculdade de Economia e Administração, no dia 3 de abril, às 19h30, no auditório 23, do Prédio Novo do campus Monte Alegre. Participarão do debate o Prof. Dr. Antônio Corrêa de Lacerda (coordenador Pepgep), Profa. Dra. Norma Cristina Brasil Casseb (coordenadora Departamento de Economia - FEA/ PUC-SP) e Profa. Dra. Rosa Maria Marques (líder do núcleo de pesquisa PDH). A organização está a cargo do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia, Departamento de Economia, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE) e Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH).